

## DEBATER A EUROPA

Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE.

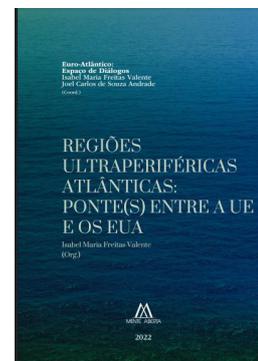
N.26/27 – 2022-2023 – Anual

ISSN 1647-6336

Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/debatereuropa>

DOI: [https://doi.org/10.14195/1647-6336\\_26/27\\_10](https://doi.org/10.14195/1647-6336_26/27_10)

VALENTE, Isabel Maria Freitas; *Regiões Ultraperiféricas Atlânticas: ponte(s) entre a UE e os EUA*, Salvador/ Bahia: Mente Aberta, 2022, pp. 230. ISBN: 978-85-66960-76-1. ISBN Digital: 978-85-66960-77-8. DOI: <https://doi.org/10.29327/586065>.



Este livro incide sobre uma problemática a que tenho vindo a dedicar a minha carreira: quer a académica, na Universidade dos Açores, quer a política, no governo açoriano. Trata-se da problemáticas da insularidade, perspectivada não já como um estigma, ou uma manifestação de inferioridade, mas como um valor, um activo, que importa reconhecer e rentabilizar.

Para um açoriano – para um ilhéu em geral – esta é uma tarefa tão natural quanto essencial. Estudar a insularidade, procurar contextualizar a condição açoriana, ou de qualquer outra realidade arquipelágica concreta, no quadro mais alargado da dimensão insular europeia – e internacional – mais não é, em última análise, do que a tradução concreta que podemos imprimir ao desafio que o oráculo de Delfos colocava a quem dele se aproximava, e que, da antiga Grécia, viria a enformar toda a civilização Ocidental. Reporto-me, naturalmente, ao velho, mas sempre actual imperativo: Conhece-te a ti mesmo!

Só conhecendo-nos a nós mesmos é que nos poderemos respeitar – e fazer respeitar, com certeza; assumir-nos como entes autónomos e capazes. E só conhecendo os nossos pares é que a eles nos poderemos associar para, em conjunto, superarmos as nossas fragilidades individuais e, retirando proveito das nossas potencialidades, construir projectos de futuro.

No passado, no quadro de heteronomia que lhes foi imposto, as ilhas, por elas mesmas, nada valiam, eram inúteis. Eram *terra inútil*. Daí nem merecerem qualquer atenção. Com a modernidade elas passaram a valer pelos serviços que a partir delas as metrópoles eram capazes de prestar aos seus interesses nacionais. Nuns períodos históricos, mais, noutros, menos, noutros, nenhuns. E nesses eram muito simplesmente abandonadas à sua sorte. E esta é uma realidade que os açorianos, e os madeirenses, têm obrigação de conhecer, e muito bem.

Conhecendo-se a si mesmas, a partir da segunda metade do século XX, as ilhas da Europa têm vindo a conseguir superar essa condição de objectos ao serviço das

respectivas capitais continentais e, afirmando-se como entes autónomos, procurado, com inquestionável e evidente sucesso, garantir a sua dignidade própria e os direitos humanos dos seus ilhéus – sob a batuta dos Açores, aliás, e, neles, do seu primeiro Presidente, o Doutor João Bosco Mota Amaral, conforme fica bem patente em mais do que um ensaio deste volume.

Ora, este processo de emancipação insular, em sentido estrito, viria a conhecer um dinamismo e um impacto renovados na segunda metade dos anos oitenta do último século, a partir do processo de integração europeia de Portugal e de Espanha. Perante a evidente imensidão e heterogeneidade da dimensão insular à escala planetária, e, por conseguinte, das dificuldades de obtenção de consenso quanto a interesses concretos a serem promovidos à escala internacional, ou europeia, o apelo à união das ilhas do mundo, lançado pelo Doutor Mota Amaral em Hiroshima em 1989, viria a ceder lugar a um outro exercício, mais modesto, porém manifestamente mais pragmático e mais promissor: a união daquelas entidades que, apresentando características semelhantes às açorianas, partilhavam, por isso mesmo, interesses concretos no quadro da União Europeia.

A que características me reporto? Precisamente àquelas que viriam a ser incorporadas no artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Foram precisamente estes espaços que viriam a assumir-se e a serem reconhecidos no quadro da estrutura política da União Europeia como as Regiões Ultraperiféricas – uma das quais, aliás, a Guiana francesa, nem é uma ilha, pelo menos em sentido estrito.

É assim que, a partir de uma espécie de exercício de afinilamento e de centramento no essencial, o investimento na condição insular e na cooperação interinsular viria a ceder o lugar ao investimento na ultraperiferia e nas políticas específicas que lhe são reservadas. Inicialmente contestado por alguns, e até acusado de deter laivos imperialistas e colonialistas, o conceito de ultraperiferia, e o regime político que lhe viria a ser acoplado, viria a tornar-se um instrumento de sucesso tão grande e tão evidente, que acabaria por ser invejado e querido por uma pluralidade de outras entidades, incluindo as ilhas da Europa. Ao ponto de, nos nossos dias, se tornar imperativo não permitir a confusão de ultraperiferia com insularidade – nem a diluição das políticas que lhe estão associadas.

A ultraperiferia – grande tema do presente volume, e de toda esta reflexão – acabaria por se transformar no principal instrumento de emancipação e de progresso das regiões que dela se reclamam, incluindo os Açores, naturalmente. Numa lógica tão simples quanto evidente. Enquanto o processo de integração europeia decorre da intuição de que o progresso de cada um dos vários Estados-membros exige a substituição de políticas nacionais diferenciadas por políticas comuns, partilhadas por todos, a ultraperiferia decorre da perspectiva paralela de que às condições específicas das regiões que dela se reclamam devem corresponder políticas igualmente

diferenciadas. No fundo, a ultraperiferia aponta para a concretização do velho princípio de que justo é tratar iguais de forma igual; porém desigualdades substanciais exigem tratamento e políticas diferenciadas. Não para a consagração de um qualquer privilégio destas regiões, mas para a garantia da sua igual dignidade. Pelas diferenças que as caracterizam, para poderem aceder aos patamares de dignidade e de qualidade de vida dos espaços centrais, elas necessitam de políticas adequadas às suas especificidades. Em termos nacionais, a construção europeia preconiza políticas iguais para uma igual cidadania. A ultraperiferia é o reconhecimento de que a igual cidadania destes espaços diferenciados exige políticas diferenciadas, específicas e responsivas às diferenças que apresentam.

É nestes termos que a ultraperiferia se viria a traduzir num claro processo de integração regional, ou parcial, das regiões que dela se reclamam. Uma integração que acabaria por se dotar inclusivamente de importantes instrumentos de governação específica e de acesso às próprias instituições europeias. A Conferência de Presidentes das RUP, a nível político, e o respectivo Comité de Acompanhamento, a nível técnico, constituem a expressão concreta mais evidente deste processo de institucionalização. E a importância e dimensão destes órgãos específicos da ultraperiferia está bem patente no facto de se traduzirem na parte de leão dos meus actuais afazeres profissionais enquanto Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa do Governo dos Açores.

Eis, portanto, o interesse e a actualidade do tema deste livro: ele trata, nada mais nada menos, do que do cerne da integração europeia dos Açores – dos Açores e dos seus demais parceiros das RUP, claro –, já que, para este conjunto de nove regiões, é na ultraperiferia e nas oportunidades que ela disponibiliza que a respectiva integração europeia encontra tradução concreta e se declina.

Tratando da ultraperiferia, o livro abre-se, nada mais nada menos do que à integração europeia dos Açores. Dos Açores e dos seus parceiros.

O que me traz à segunda dimensão que gostaria de sublinhar.

Não me irei deter numa apresentação, mesmo que sumária, de cada um dos capítulos que integram este volume. A respectiva coordenadora já tratou deste exercício, e de forma eloquente, nas páginas de apresentação com que abre cada uma das suas quatro partes: páginas 11-12; 57-58; 103-14 e 169-170, respectivamente – para além, naturalmente, da nota introdutória com que o livro se inicia, páginas 9 e 10. O leitor mais apressado, ou com menos disponibilidade de tempo, poderá começar por aí.

Como se de uma refeição se tratasse, sublinho apenas, em jeito de entrada e com o intuito de aguçar o apetite do leitor, a estrutura quaternária e as grandes problemáticas em que se desenvolve. Depois de uma bem gizada *Nota Introdutória*, ao longo de três interessantes capítulos, a *Primeira Parte* trata do nascimento e da evolução da ultraperiferia, começando por um importante texto do próprio autor deste conceito,

o Doutor Mota Amaral, e de outros dois, de Isabel Valente e Marcelo Furlin, numa dimensão prospectiva e universalista, correlacionando ultraperiferia com cidadania, e não de uma natureza qualquer, mas de natureza *pleniférica*, e de Alexandra Araújo e Gustavo Arteaga que, do continente europeu, perspectivam a ultraperiferia à escala planetária. Na *Segunda Parte* intitulada *Ultraperiferia, Entre Autonomia e Integração*, encontramos, como que em dueto, duas perspectivas, açoriana e madeirense, do devir das regiões ultraperiféricas portuguesas no Portugal contemporâneo, da responsabilidade de Paulo Fontes e de Paulo Rodrigues, respectivamente. A *Terceira Parte, Produção e Reprodução da Ultraperiferia*, integra outros dois capítulos. O primeiro, de Júlio Moreira, explora uma das projecções mais interessantes que a autonomia regional tem vindo a conhecer no Ocidente ao nível da sua dimensão externa: a paradiplomacia. De facto, se, enquanto expressão de poder político, a nível interno, autonomia encontra tradução concreta na capacidade de uma região produzir as suas próprias opções políticas, a nível externo, ela exige a capacidade de aceder às instâncias europeias e ao sistema de relações internacionais para as concretizar, seja de forma indirecta, através da integração das respectivas delegações nacionais, seja de forma directa, num exercício que tem vindo a ser apelidado com felicidade de paradiplomacia. Não é diplomacia, porque essa é reserva do Estado. É paradiplomacia, isto é, actividade que dela se aparenta ou se aproxima. E o especial interesse do capítulo reside no facto de se centrar num domínio concreto, que vem ganhando importância crescente na contemporaneidade: o domínio ambiental. O segundo capítulo desta parte, da autoria de Eliane do Nascimento, de forma tão inovadora quanto feliz traça o investimento da Universidade dos Açores nestas matérias, registando, ao mesmo tempo, o que tem sido feito e os caminhos que importa trilhar. Por último, na *Quarta Parte, A Ultraperiferia e a Segurança Europeia no Contexto Mundial*, encontramos três capítulos. O primeiro e o segundo, de Luís Andrade e de Miguel Rocha, respectivamente, sobre a dimensão geoestratégica das ultraperiférias portuguesas e sobre o quadro geral em que a Relação Transatlântica as coloca. O terceiro, de Mário Fortuna, sobre a dimensão económica, na exploração do que esperamos e do que nos é disponibilizado pela União Europeia.

E, enquanto cada capítulo abre com uma didáctica introdução das problemáticas que discute, o volume encerra com um conjunto de notas biográficas dos autores, atestando das respectivas competências científicas, reconhecidas às escalas nacional e internacional.

Importa, ainda, sublinhar o seguinte: à primeira vista, este livro poderá parecer uma concatenação de textos com escassa articulação. Assim, porém, não se verifica.

O presente volume deve ser lido como se de uma peça musical para uma orquestra inteira se tratasse – contexto em que cada capítulo constituirá como que a pauta de um instrumento específico, ou de um naipe de instrumentos. Até numa mesma peça de música as pautas dos vários violinos, oboés, saxofones, cravo e piano estão longe

de ser as mesmas. Com uma diferença. É que, contrariamente ao momento musical, no livro, os capítulos nunca são lidos em simultâneo, nem podem ser, mas sequencialmente, um a seguir ao outro. E a harmonia, que em termos musicais emerge em cada momento a partir da articulação dos sons produzidos pelos vários instrumentos, neste livro apenas é detectável no final da leitura da obra e no balanço que o leitor é convocado a estabelecer relativamente ao modo como, em retrospectiva, os vários capítulos se complementam, disponibilizando um manancial de informações sobre o objecto de estudo que enforma a obra, a ultraperiferia, a partir do quadro disciplinar, científico, dos respectivos autores.

Já numa terceira dimensão, permitam-me que sublinhe o interesse do trabalho da organizadora deste volume: na fixação da grelha conceptual em que se traduzem as respectivas quatro partes, na selecção dos textos e dos autores que enformam cada uma delas, e no modo como, no seu conjunto, cumprem com clareza o desiderato anunciado no título da obra – *Regiões Ultraperiféricas Atlânticas: pontes(s) entre a EU e os EUA*.

No seu conjunto, estas quatro partes disponibilizam-nos, por assim dizer, o contexto concreto da ultraperiferia: desde o contexto interno, regional, da primeira parte, até ao contexto externo, geoestratégico e económico, transatlântico e internacional, da quarta e última parte. No seu conjunto, e perspectivados como declinações científicas complementares da ultraperiferia, os seus dez capítulos oferecem ao leitor uma visão integrada e articulada da natureza e do contexto da ultraperiferia europeia, do seu devir histórico e da sua contemporaneidade, no século XXI. Não se ficando por aí, projectam-nos para além da dimensão europeia – até Cuba, nada menos – e, para além de dimensões histórica e analítica, abrem-se ao *dever ser* da ultraperiferia e aos papéis que poderá ser convocada a cumprir na construção dos futuros dos seus cidadãos.

Paralelamente, o presente volume perspectiva as Regiões Ultraperiféricas Atlânticas – as portuguesas, isto é, já que é nelas que centra a atenção – enquanto momentos de articulação entre o Velho Mundo, que as forjou, e o Novo Mundo, as Américas, do Sul, do Centro e do Norte, para onde historicamente se têm projectado. E, de facto, parece ser nesta dupla natureza das regiões ultraperiféricas, inspirando-me na imagem de Vitorino Nemésio, e alargando o raciocínio dos Açores a todas elas, que se situará a dimensão mais pregnante da ultraperiferia: tanto da ultraperiferia atlântica, como da ultraperiferia caribenha, como da ultraperiferia do Índico.

Dupla natureza e dupla pertença: à Europa que as forjou e aos espaços geográficos em que de facto se situam, e nos quais a sua vizinhança se prolonga. Daí a importância do mar que as envolve e que lhes imprime uma projecção planetária. Do Mar em que o nosso país acaba, diria até, por se definir. Contexto em que, voltando a recuperar Vitorino Nemésio, e parafraseando-o, os Açores e a Madeira se transformam como que na quintessência da portugalidade. E, no seu conjunto, as Regiões Ultraperiféricas

constituirão como que a quintessência da Europa e os melhores instrumentos ao dispor da Europa para cumprir a sua milenar vocação universalista.

Importa sublinhar uma última dimensão. Conheço a organizadora deste volume, a Senhora Professora Doutora Isabel Valente, há já algumas décadas, desde os seus tempos de estudante em Siena, no Master em Estudos Europeus daquela Universidade – altura em que se começou a dedicar a esta problemática das Regiões Ultraperiféricas. Desde então, tenho tido o gosto de acompanhar de perto o seu trabalho e o modo como paulatinamente se especializou no estudo da ultraperiferia, tanto no quadro do grupo de trabalho Europeísmo, Atlânticidade e Mundialização, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, que tive o gosto de coordenar com ela, como no quadro da unidade de investigação Portugal e o Mar, Europeísmo e Relação Transatlântica, do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores, que coordeno. Uma especialização que se encontra bem patente nas inúmeras publicações que lhe tem dedicado. E posso igualmente atestar a competência científica da pluralidade dos autores que cooptou para este importante volume.

Apresentando aos vários autores desta importante obra merecidas congratulações pela cartografia conceptual desenvolvida e pelos horizontes que nos são rasgados, deixo aos leitores os meus melhores votos de boas e proveitosas leituras.

Ponta Delgada, junho de 2023  
*Carlos Eduardo Pacheco Amaral*  
Professor Catedrático da Universidade dos Açores



